

As eleições municipais no Nordeste: uma análise dos resultados eleitorais para as prefeituras (2000-2012)

Local elections in the Northeast: analyzing the competition for mayors (2000-2012)

Bruna Karoline Vasconcelos Oliveira

Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política, bolsista CAPES, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
e-mail: brunakarolinevasc@hotmail.com

Jean Lucas Macedo Fernandes

Graduando no Bacharelado de Ciências Sociais, modalidade Ciência Política, bolsista de iniciação científica - FAPESP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
e-mail: jeanlucasmf@gmail.com

Recebido: 05/05/2013
Aceito: 01/07/2013

RESUMO A fim de contribuir para o debate acerca das eleições municipais no Nordeste, o artigo busca sistematizar e descrever os resultados eleitorais das eleições de 2000, 2004, 2008 e 2012 no que concerne à disputa para o cargo de prefeito, nas cidades da região. De maneira mais específica, descreve a trajetória eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais do Nordeste. Metodologicamente, utilizamos a estatística descritiva para analisar, a partir do banco de dados do TSE, os resultados referentes às eleições municipais. O artigo está estruturado da seguinte forma: I) Introdução – contendo dados gerais sobre a região nordeste e uma breve revisão de literatura acerca dos estudos sobre eleições municipais gerais e no Nordeste; II) Resultados – apresentação dos resultados gerais das eleições para prefeito no 1º e 2º turnos e nas capitais; III) Teste de hipótese – na qual discutiremos nossas hipóteses para a política local; IV) conclusões.

PALAVRAS-CHAVE Eleições municipais; Nordeste; Prefeituras.

ABSTRACT *In order to contribute to the debate about municipal elections in the Northeast, this article aims to organize and describe the electoral results of the local elections held in 2000, 2004, 2008 and 2012. We focus on the electoral paths taken by the parties in the region. In order to do that, we use descriptive statistics to analyze, using the TSE database, the results about the elections for mayors. This article is structured as follows: I) Introduction – presenting general information about the region and a short review of the literature regarding local elections in Brazil; II) Results – presenting the results from both the first and the second rounds of the local election in the region; III) Testing the hypothesis – in which we show that the party of the State governor performs better in the local elections; IV) Conclusion.*

KEYWORDS *Municipal elections; Northeast; Political parties.*

Introdução

A Constituição de 1988 trouxe transformações importantes para a dinâmica política local, elevando os municípios à categoria de entes federativos e, portanto, dotados de responsabilidades decisórias e autonomia em diversos âmbitos, sobretudo no político, administrativo, legislativo e financeiro (Almeida e Carneiro, 2003). Desde então, os municípios brasileiros estão entre os governos locais mais descentralizados de toda a América Latina (Brambor e Ceneviva, 2011).

A nova posição ocupada pelo município perante o cenário político nacional trouxe mudanças na organização e no funcionamento dos governos (Kerbaux, 2005), que por sua vez refletiram em alterações no comportamento e na atuação dos partidos políticos na arena eleitoral. O destaque conferido aos governos locais faz com que as eleições municipais sejam um momento central para a atuação dos partidos e para a definição de suas estratégias eleitorais. Essa relevância das eleições municipais se justifica, primeiramente, pelas suas múltiplas autonomias e por sua ampla capacidade decisória. Por outro lado, cabe destacar que os prefeitos têm autoridades substantivas sobre decisões orçamentárias e alocação de cargos no governo (Brambor e Ceneviva, 2011). Portanto, o município é um considerável *locus* de poder político, o que reforça a afirmação de que “[...] a compreensão do quadro político nacional surgido nas eleições municipais é importante para se entender a correlação de forças políticas do país [...]” (Alves, 2007: 7). A configuração política que se revela nas eleições municipais tem impacto em outros pleitos, ou ao menos aponta tendências para o desempenho partidário e para a formação dos próximos governos (Fleischer, 2002). Trata-se, pois, de um momento de grande relevância para se compreender não somente a dinâmica político-partidária nas esferas subnacionais, mas também os rumos da própria política brasileira.

Partindo destes argumentos que defendem a importância política do município, o presente artigo tem por objetivo sistematizar e descrever os resultados eleitorais das eleições de 2000, 2004, 2008 e 2012 no que concerne à disputa para o cargo de prefeito nas cidades da região e para vereador nas capitais. De maneira mais específica, o artigo descreve a trajetória eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais do Nordeste para, a partir desses resultados, testar hipóteses relacionadas à política local, dentre elas a que afirma que a posse da administração estadual tende a produzir efeitos positivos sobre o desempenho dos partidos ao nível local. Isso se justifica, especialmente, pela possibilidade de explorar os desdobramentos do processo de transformação tanto das elites estaduais quanto da lógica de competição política estadual, em face da recente consolidação do sistema partidário no país (Limongi e Cortez, 2010).

Diante de tais considerações, a análise das eleições municipais no Nordeste se faz necessária devido a uma série de razões. Primeiramente, trata-se de uma região que concentra parcelas significativas da população brasileira (27,8%) e do eleitorado nacional (27,2%), ficando atrás apenas do Sudeste; o Nordeste possui, ainda, o maior número de municípios do país (1.794 ao todo). Os dados podem ser melhores observados na Tabela 1.

Além das questões relativas ao peso populacional e territorial da região, o interesse pelo Nordeste advém da falta de informações sistemáticas acerca dos pleitos municipais, sendo a produção bibliográfica sobre o tema ainda pouco abrangente. Os estudos realizados até hoje ou focam em alguns estados, sobretudo Bahia, Pernambuco e Ceará (Carvalho e Aquino, 2011; Carvalho e Aquino, 2003; Lopes, 2003; Almeida, 2001) ou trazem análises conjunturais que incluem apenas as capitais (Cortez e Spinelli, 2005, 2010; Lavareda e Telles, 2011). Outros trabalhos incluíram uma análise das eleições municipais para todo o Brasil e, conseqüentemente, apresentaram dados

Tabela 1. Porcentagem da população, eleitorado e municípios, por região (2010).

Região	% população	% eleitorado	% municípios
Centro-Oeste	7,44	7,12	8,37
Nordeste	27,79	27,16	32,21
Norte	8,41	7,54	8,08
Sudeste	42,06	43,22	29,95
Sul	14,30	14,79	21,39
Total Nacional	100	99,82*	100

Fontes: IBGE (2010) e TSE (2013). *Os outros 0,18% se referem ao eleitorado residente no exterior.

importantes sobre o Nordeste (Avelar e Lima, 2000; Fleischer, 2002; Alves, 2007; Avelar e Walter, 2008; Braga, 2010). Contudo, os estudos ainda são carentes de uma análise mais específica e profunda dos dados eleitorais e de seus significados para a política da região. As pesquisas existentes são basicamente de dois tipos: uma referente aos programas eleitorais dos candidatos, realizando um estudo de seus discursos e propostas (Carvalho, 2006) e outra direcionada a análises de conjuntura de campanhas específicas, focando em como são escolhidos os candidatos e como se dá a construção da campanha (Cortez e Spinelli, 2005, 2010; Lavareda e Telles, 2011).

Atualmente, as eleições são consideradas como um dos principais instrumentos da democracia representativa, uma vez que proporcionam aos cidadãos a oportunidade de participarem dos processos decisórios e escolherem seus representantes (Dahl, 1981; Huntington, 1994). Ao mesmo tempo, as eleições obrigam os gestores públicos a dar maior atenção aos cidadãos (Baquero e Cremonese, 2009). Trata-se, pois, de um momento crucial para os regimes democráticos. De maneira específica, as eleições municipais contribuem consideravelmente não só para o funcionamento do sistema democrático brasileiro como também para o próprio processo político regional, pois é “[...] sobretudo no âmbito local, mas não exclusivamente, que emergem formas inovadoras de ação governamental, gestão pública e participação dos cidadãos [...]” (Almeida e Carneiro, 2003: 125). Para além do conhecimento desses aspectos inovadores da política local, o estudo das eleições municipais nos permite observar principalmente as possíveis mudanças, ainda que lentas, no mapa partidário brasileiro (Avelar e Lima, 2000; Avelar e Walter, 2008).

Resultados Eleitorais na Região Nordeste

Nessa parte, descreveremos os resultados eleitorais dos partidos que conquistaram as prefeituras no Nordeste, nos pleitos de 2000, 2004, 2008 e 2012. Serão apresentados aqui dados por partido político referente ao número de prefeitos eleitos de acordo com sexo, grau de escolaridade, ocupação e estado. Serão feitas também descrições e interpretações específicas dos resultados dos partidos nas capitais nordestinas.

A participação das mulheres vem crescendo ao longo dos pleitos municipais, ainda que lentamente, obtendo seu melhor desempenho na última eleição, conforme os dados mostrados mais a frente. De fato, alguns trabalhos tem afirmado que a política local é mais favorável à representação feminina, sobretudo na região Nordeste (Blay, 1988; Araújo, 2003; Miguel

e Queiroz, 2006). O tema da sub-representação feminina na política é uma questão relevante, visto que há um significativo contraste entre os avanços obtidos pelas mulheres no âmbito do trabalho, da educação e da conquista de direitos como, por exemplo, o voto, e a pequena inserção das mesmas nas disputas políticas (Araújo, 2005). Além disso, cabe ressaltar que elas representam 51% da população e do eleitorado brasileiro, segundo dados do IBGE.

Uma tentativa para minimizar essa sub-representação no cenário político nacional foi a criação da política de cotas. Em 1995, foi aprovada a chamada “Lei de Cotas”, obrigando que cada partido ou coligação reservasse o mínimo de 30% de candidaturas para as mulheres. Inicialmente, essa lei foi aplicada nas eleições municipais de 1996, sendo posteriormente estendida para as assembleias legislativas e para a Câmara dos Deputados em 1998. Vale ressaltar também que, quando da implementação da lei, as vagas para mulheres eram facultativas e os partidos poderiam aumentar o número de candidatas. Todavia, essa mudança na legislação resultou em efeitos não muito satisfatórios do ponto de vista do sucesso eleitoral. Somente nas eleições de 2010 é que a legislação foi alterada, sendo trocado o termo “reservar” por “preencher”. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a partir de então, passou a verificar se os partidos estavam de fato respeitando a proporção de candidaturas femininas.

A Figura 1, a seguir, mostra que a participação feminina vem crescendo ao longo do tempo e que o ano de 2012, primeira eleição municipal após mudança na legislação da Lei de Cotas e com fiscalização do TSE para cumprimento da lei, representa o pleito com maior número de mulheres eleitas (total de 289, um aumento de 25,6% em relação a 2008 para prefeitas¹).

O partido que mais elegeu mulheres nessas quatro eleições foi o PMDB, com um total de 164 prefeitas. Em seguida, vem o PFL/DEM, com 130 eleitas e, em terceiro, o PSDB com 93 prefeitas. Um dado interessante é que a participação feminina parece encontrar mais espaço nos partidos tidos como de centro (PSDB e PMDB) e de direita (PFL/DEM). Por serem considerados de direita ou ainda de centro-direita, estes partidos estariam associados a um discurso mais conservador e relutante em relação à participação feminina. Os dados demonstram, entretanto, que esta concepção não se encaixa na realidade da dinâmica partidária do Nordeste, tendo em vista a diferença desses partidos em relação aos

¹ Em 2000, o número de prefeitas era 148. Nas eleições de 2004, este valor sobe para 196 e, em 2008, alcança 230 mulheres eleitas. O pleito de 2012, por fim, consegue eleger 289 mulheres.

ditos de esquerda, que estariam mais abertos à inclusão das mulheres (Araújo, 2005; Mateos, 2010). Dentre os partidos de esquerda, os que apresentam maior número de prefeitas são o PT, com um acumulado de 49 eleitas e o PSB, com 80.

Se levarmos em consideração os números por estado, temos Bahia, Paraíba e Maranhão como os

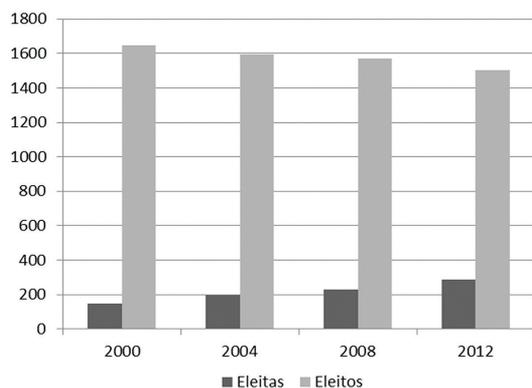


Figura 1. Evolução na quantidade de eleitas para as prefeituras, por sexo (2000-2012). Fonte: TSE (2013).

estados que mais elegeram mulheres para o executivo municipal, com 164, 128 e 114, respectivamente. Entre os estados com o menor número de prefeitas eleitas estão Sergipe com 39 (considera-se, naturalmente, as dimensões do estado) e Pernambuco com 60.

No tocante à escolaridade², os dados da Tabela 2 revelam que a maioria dos prefeitos possui nível superior completo. No entanto, há uma parcela significativa que tem apenas o ensino médio completo. É importante destacar que esses dois níveis de escolaridade são predominantes em todos os partidos, independente das dimensões ideológicas ou organizativas de cada um.

Uma vez que a maior parte dos prefeitos possui nível superior completo, fomos investigar os dados referentes à ocupação desses políticos³. A Tabela 3 mostra que, para prefeito, as três principais profissões por eles declaradas são: em primeiro lugar Membros do Poder Executivo (650), ou seja, afirmam serem políticos profissionais; em segundo lugar encontramos os médicos (510) e por fim, os comerciantes (433). Dentre os partidos com mais prefeitos que declaram serem políticos profissionais encontramos o PMDB (161) e o PSB (104). É no PMDB também que se

Tabela 2. Grau de escolaridade dos prefeitos eleitos (2000-2012).

Partido	Lê e Escreve	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Total Geral
PDT	8	27	21	33	67	20	141	317
PFL/DEM	47	124	76	146	191	79	426	1093
PMDB	44	126	86	108	257	91	542	1254
PSDB	19	89	58	67	151	64	392	840
PSB	9	29	41	44	167	52	314	656
PT	5	25	17	23	81	36	222	410
PTB	16	53	39	45	123	41	239	557
PL/PR	18	54	35	48	85	66	161	468
PPB/PP	11	37	43	44	106	51	202	494
PSD	2	7	16	6	75	18	83	207
Total	179	571	432	564	1303	518	2722	-

Fonte: TSE (2013).

² Para a confecção da tabela de escolaridade, foram selecionados os 10 partidos que mais conquistaram prefeituras no Nordeste ao longo dos últimos 12 anos. Juntos, estes partidos correspondem a cerca de 85% do total de prefeituras da região. São eles: PDT, PFL/DEM, PPB/PP, PT, PSB, PSDB, PMDB, PTB, PL/PR e PSD.

³ Os dados do TSE (2013) referentes à ocupação se encontram bastante dispersos, com diversas segmentações entre as profissões e com mudanças na nomenclatura de uma eleição para outra. Esses problemas dificultaram a sistematização dos dados, o que nos levou a selecionar as profissões mais frequentes e que, de alguma maneira, englobassem tanto a zona rural quanto a zona urbana. Além disso, selecionamos apenas os partidos que se destacaram na conquista de prefeituras nos estados. Portanto, os dados apresentados são uma amostra de quais são as profissões mais bem sucedidas nas eleições e as suas relações com os partidos.

Tabela 3. Principais ocupações dos prefeitos eleitos dos maiores partidos na região Nordeste (2000-2012).

Partidos	Médico	Advogado	Membros do Executivo ⁴	Comerciante	Servidor Público ⁵	Professor Ens. Fundamental e Médio	Trab. Agricultura e Pecuária	Empresário	Engenheiro	Produtor Agropecuário ⁶
PFL/DEM	100	31	83	107	92	37	110	46	36	45
PDT	22	16	51	26	18	13	23	22	7	16
PT	38	16	68	26	26	29	20	29	8	5
PSD	13	6	46	18	13	5	8	27	2	5
PSB	64	32	104	51	48	25	36	50	21	15
PMDB	121	58	161	98	86	32	102	109	36	39
PSDB	102	26	86	65	62	35	64	44	37	27
PP	50	15	51	42	30	15	49	31	19	20
Total	510	200	650	433	375	191	412	358	166	172

Fonte: TSE (2013).

encontra o maior número de médicos (121). Por fim, o PFL/DEM é o partido que mais apresenta prefeitos que se declararam comerciantes (107).

Esses resultados reforçam a tese de crescente profissionalização da elite política brasileira. Dentre os estudos sobre composição sócio-ocupacional dos políticos brasileiros, estão os trabalhos de Codato e Costa (2011), Perissinotto e Miriade (2009), Perissinotto e Bolognesi (2010), Marengo (2000) e Marengo e Serna (2007), para citar apenas alguns. Esses trabalhos investigam a composição sócio-ocupacional dos deputados federais brasileiros e concluem que ser político profissional é condição importante para obter sucesso eleitoral nas disputas para tal cargo. Nesse sentido, Freire (2001) e Oliveira (2009) afirmam que, na medida em que a democracia se consolida, pode-se notar um crescimento da profissionalização política. Ou seja, seria um traço importante das democracias avançadas a presença cada vez maior, entre a elite dirigente, de políticos com maior tempo de dedicação às atividades políticas.

Vale ressaltar que esses estudos estão em sua maioria preocupados em analisar o legislativo, em detrimento dos cargos majoritários. Isso pode ser justificado pelo fato de que a disputa por cargos majoritários é mais complexa, envolvendo maiores custos e incentivos. Na medida em que a disputa

majoritária permite a vitória de apenas um candidato, ela se torna mais acirrada e, quanto mais longa for a trajetória política e maior for o acúmulo de mandatos eletivos, mais chances de obter sucesso o candidato terá, haja vista sua maior experiência no campo político (Miguel, 2003; Cortez, 2009; Messemberg, 2009).

De modo a sistematizar os dados gerais para prefeito, referentes ao sucesso dos partidos, a Tabela 4 mostra que, ao longo do período analisado, o PMDB é o partido que mais elegeu prefeitos no Nordeste (um total de 1249 eleitos), seguido de perto pelo PFL/DEM, com 1049 prefeitos. Em terceiro lugar encontramos o PSDB com 843 eleitos. Um ponto em comum na trajetória eleitoral desses partidos na região é a constante queda no número de prefeituras conquistadas. O PMDB apresenta a menor variação: de 2000 para 2012, perdeu 72 prefeituras, o que representa uma queda de 19,9% para 15,9% em relação ao total de prefeitos eleitos. Já para o PSDB a queda é maior: ao longo do período, o partido perdeu 166 prefeituras, reduzindo de 16,1% para 6,9% a sua representatividade no Nordeste.

O exemplo mais expressivo de declínio partidário é o caso do PFL/DEM, que passou de 446 prefeituras em 2000 (representando 24,9% do total) para 80 prefeituras em 2012 (4,5% do total). A redução expressiva do Democratas no Nordeste acompanha o declínio do partido nas demais regiões do país (Braga, 2010), tendência que ocorre desde as eleições de 2004 e se evidencia mais fortemente a partir de 2008. O

⁴ Inclui presidente, prefeito, governador e ministro de Estado.

⁵ Refere-se aos servidores dos três níveis: municipal, estadual e federal.

⁶ Inclui pecuaristas e proprietários de estabelecimentos agrícolas.

Tabela 4. Total de Prefeitos eleitos por partido, em cada pleito e no geral (2000-2012).

Partido	2000	%	2004	%	2008	%	2012	%	Total	%
PMDB	357	19,9	269	15,0	338	18,8	285	15,9	1249	17,57
PFL/DEM	446	24,9	414	23,1	154	8,6	80	4,5	1094	15,39
PSDB	289	16,1	232	12,9	199	11,1	123	6,9	843	11,86
PSB	70	3,9	108	6,0	208	11,6	264	14,7	650	9,14
PTB	129	7,2	133	7,4	154	8,6	107	6,0	523	7,36
PL/PRONA/PR	102	5,7	145	8,1	131	7,3	95	5,3	473	6,65
PP	91	5,1	124	6,9	118	6,6	103	5,8	436	6,13
PT	21	1,2	65	3,6	135	7,5	186	10,4	407	5,72
PDT	46	2,6	54	3,0	124	6,9	92	5,1	316	4,44
PSD	0	0,0	0	0,0	0	0,0	207	11,6	207	2,91
PPS	58	3,2	93	5,2	18	1,0	23	1,3	192	2,70
PRB	0	0,0	0	0,0	39	2,2	53	3,0	92	1,29
PV	3	0,2	28	1,6	26	1,4	31	1,7	88	1,24
PCdoB	1	0,1	8	0,4	36	2,0	35	2,0	80	1,13
PSC	15	0,8	10	0,6	23	1,3	31	1,7	79	1,11
Outros*	101	5,58	109	6,08	96	5,34	75	4,19	381	5,36
Total	1793	100	1792	100	1799	100	1790	100	7110	100

Fonte: TSE (2013). *Inclui: PRN, PPL, PST, PTN, PTC, PRTB, PRP, PSL, PMN, PPB, PHS, PRONA, PSDC PTdoB e PAN.

caso da Bahia é bastante exemplar: em 2000, o partido conquista 125 prefeituras e eleva este número para 153, em 2004. Contudo, no último pleito, o DEM consegue eleger apenas 9 prefeitos, o que representa uma queda de aproximadamente 94% em relação a 2004, ano do seu melhor resultado no estado.

Ainda em relação às transformações observadas nos resultados eleitorais, é notória a ascensão do PT e do PSB, sendo que este último apresentou maior desempenho que o primeiro em todo o período⁷. O PSB salta de 70 prefeituras (3,9% em relação ao total) em 2000 para 264 em 2012 (14,7%). Já o PT sai de 21 prefeituras em 2000 (representando 1,2% do total) e atinge 186 em 2012 (10,4%). Os partidos de esquerda, portanto, tem saído vitoriosos a cada eleição municipal.

Por fim, cabe destacar o surgimento do PSD nas eleições de 2012. O partido, idealizado pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, conquistou 207 prefeituras ao todo. Diante deste resultado, o

partido já se colocou entre os 10 partidos com o maior número de prefeitos eleitos, ao longo da série histórica estudada. O avanço do PSD se deu majoritariamente na Bahia, onde diversas lideranças do PFL/DEM migraram de legenda; no total, o novo partido conquistou 70 prefeituras. Curiosamente, foi neste mesmo estado que diversas lideranças realizaram o primeiro evento do partido, no início de 2011, com o objetivo de dar início ao seu processo de criação e à coleta de assinaturas.

A significativa perda de espaço do DEM para outros partidos (PT, PSB e PSD principalmente) aponta para possíveis mudanças, ainda que lentas, no controle das elites locais, geralmente associado no Nordeste a este partido. Esse processo lento de rearticulação das elites e de estruturação de um novo mapa partidário no interior do país (Avelar e Walter, 2008) se relaciona não somente à queda dos partidos mais à direita como também ao contínuo aumento da presença dos partidos de esquerda e de novos partidos, como o é o caso do PSD.

Sobre os resultados eleitorais do executivo municipal para as capitais nordestinas, temos três partidos como os grandes vitoriosos, ao longo do período estudado, são eles: PT, PSDB e PSB com oito, seis e cinco capitais respectivamente.

⁷ Uma hipótese sobre o crescimento dos partidos de esquerda nos municípios (sobretudo no interior) afirma que tal fenômeno está associado ao crescimento do associativismo político, uma bandeira que dificilmente se apresentaria entre partidos maiores como o DEM, o PMDB ou o PSDB (Avelar e Walter, 2008).

A disputa nas capitais parece alternar momentos de baixa competitividade com momentos de grande competitividade. Os pleitos de 2000 e 2008 parecem ter sido menos disputados nas urnas e tiveram a maioria dos prefeitos de capitais eleitos em primeiro turno. Tal fato é diferente do que se observa em relação aos resultados dos pleitos de 2004 e 2012, onde, respectivamente, cinco e seis capitais precisaram de segundo turno para eleger seus prefeitos. Dentre os partidos que mais disputaram segundo turno e saíram vitoriosos estão PT, PSB e PSDB.

A Tabela 5 mostra os resultados para eleições nas capitais nordestinas, levando em consideração o partido vitorioso e se o partido conseguiu eleger seu candidato em primeiro ou segundo turno.

Se nos detivermos especificamente a cada uma das nove capitais e como foi o desempenho dos partidos políticos ao longo desses quatro períodos eleitorais, observamos que:

- **Maceió:** A partir de 2004, o PSB perde força na capital alagoana. O partido que se destaca é o PP, que ocupou a prefeitura no período 2008-2012, mas desde 2004 integra as coligações dos partidos vitoriosos de cada eleição (em 2004, juntou-se ao PDT e, em 2012, ao PSDB);
- **Salvador:** O PFL/DEM, que venceu logo no primeiro turno as eleições de 2000 e comprovou sua força política no restante do estado, perdeu os pleitos de 2004 e 2008. O partido retornou ao poder em 2012, em meio a uma disputa acirrada com o PT e a um processo de perda constante de sua força eleitoral tanto no estado quanto no Nordeste como um todo. Entre 2004 e 2012, a prefeitura fica sob o comando do PDT (2004) e do PMDB (2008), que se unem sob a mesma coligação nos dois pleitos;
- **Fortaleza:** O PMDB perde a prefeitura em 2004 para o PT, que assume o controle por dois mandatos, com o apoio do PSB. A aliança dos dois partidos, que durou oito anos, é rompida de

Tabela 5. Votos nas Capitais para prefeito em 2000, 2004, 2008 e 2012.

2000			2004		
Capital	Partido	Situação	Capital	Partido	Situação
Salvador	PFL	1º turno	Fortaleza	PT	2º turno
Recife	PT	2º turno	Salvador	PDT	2º turno
Fortaleza	PMDB	2º turno	Recife	PT	1º turno
São Luís	PDT	1º turno	São Luís	PDT	1º turno
João Pessoa	PMDB	1º turno	João Pessoa	PSB	1º turno
Teresina	PSDB	1º turno	Teresina	PSDB	2º turno
Natal	PSB	1º turno	Natal	PSB	2º turno
Aracaju	PT	1º turno	Aracaju	PT	1º turno
Maceió	PSB	2º turno	Maceió	PDT	2º turno
2008			2012		
Capital	Partido	Situação	Capital	Partido	Situação
Salvador	PMDB	2º turno	Salvador	DEM/PFL	2º turno
Fortaleza	PT	1º turno	Fortaleza	PSB	2º turno
Recife	PT	1º turno	Recife	PSB	1º turno
Maceió	PP	1º turno	São Luís	PTC	2º turno
Teresina	PSDB	1º turno	João Pessoa	PT	2º turno
São Luís	PSDB	2º turno	Maceió	PSDB	1º turno
João Pessoa	PSB	1º turno	Natal	PDT	2º turno
Natal	PV	1º turno	Teresina	PSDB	2º turno
Aracaju	PC do B	1º turno	Aracaju	DEM/PFL	1º turno

Fonte: TSE (2013).

2012 durante o período pré-eleitoral e no qual o governador Cid Gomes (PSB) e a então prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT) começaram a trocar acusações públicas devido às divergências referentes à formação da chapa que disputaria as eleições daquele ano. Tudo ocorreu porque o governador não aceitou o nome do ex-Secretário de Educação do município, Elmano de Freitas (PT) indicado pela prefeita e presidente estadual do PT para concorrer como cabeça de chapa. Após toda a troca de acusações, PT e PSB lançaram candidatos próprios para a eleição de 2012, resultando na vitória do PSB em meio a um segundo turno bastante disputado com os petistas;

- **São Luís:** O grande destaque da capital maranhense é o PDT, que conquista a prefeitura em 2000 e em 2004, e integra a coligação vitoriosa do PTC em 2012. Vale destacar, ainda, que o PTC é o único partido pequeno a conquistar uma capital do Nordeste, ao longo das quatro eleições aqui analisadas;
- **João Pessoa:** Com a vitória do PT na eleição de 2012, ocorreu uma mudança na composição das forças vitoriosas na capital. Nas três eleições anteriores, houve uma vitória do PMDB (2000) e duas seguidas do PSB (2004 e 2008). Ambos os partidos, porém, integraram a mesma coligação nos três pleitos. Nesse sentido, a conquista da prefeitura pelos petistas no ano passado representou não só uma troca do partido vitorioso como também das forças políticas que integram a coligação vencedora;
- **Recife:** Assemelhando-se ao quadro apresentado por Fortaleza, Recife também conferiu a vitória ao PSB em 2012, após três eleições seguidas de domínio do PT e de alguns desentendimentos com o partido. Entretanto, ao contrário da capital cearense, não houve segundo turno e a vitória do PSB veio com significativa diferença em relação aos demais candidatos. A briga entre PT e PSB aqui parece ter um caráter muito mais nacional do que o que ocorre no Ceará. A disputa se dá não entre governador e prefeita por divergências de lançamento de candidatura, mas entre o Presidente Nacional do PSB, Eduardo Campos, e o Governo da Presidente Dilma Rousseff (PT). Durante toda a campanha eleitoral, o governador fez duras críticas à forma como o PT governa o país, porém sem citar diretamente os nomes da Presidente e do ex-presidente Lula;
- **Teresina:** Teresina é o único caso de capital nordestina que se manteve sob o controle do mesmo partido ao longo das últimas quatro eleições. O PSDB obtém resultados expressivos

na capital piauiense, ainda que a vantagem tenha diminuído em 2012, que foi a eleição mais disputada até então;

- **Natal:** Entre 2000 e 2008, Natal fica sob o comando do PSB, que perde em 2008 para o PV, mas volta a compor a coligação vitoriosa em 2012, encabeçada pelo PDT;
- **Aracaju:** Em 2012, as eleições em Aracaju trouxeram uma alternância político-ideológica significativa. Até 2008, a capital foi governada por dois partidos de esquerda: PT – entre 2000 e 2008; e PC do B – entre 2008 e 2012. No último pleito, a vitória é dada logo no primeiro turno ao DEM/PFL, o que significa uma mudança ideológica da prefeitura em direção à direita.

Teste de Hipótese: A Influência do Partido do Governador nas Eleições Municipais no Nordeste (2000-2012)

Com base nos resultados acima apresentados, a partir de agora iremos testar a hipótese tradicionalmente vinculada à política local, que afirma que a posse da administração estadual tende a produzir efeitos positivos sobre o desempenho dos partidos ao nível local. Nesse sentido, é considerável a força das organizações partidárias estaduais (Abrucio, 1998a, b), o que faz com que a presença de candidaturas das legendas que governam os estados nas eleições municipais seja significativa (Dantas, 2009). O teste da hipótese se justifica, especialmente, pela possibilidade de explorar os desdobramentos do processo de transformação das elites estaduais em curso (Borges, 2007) e das transformações da lógica de competição política estadual em face da recente consolidação do sistema partidário no país (Limongi e Cortez, 2010).

Metodologicamente, trabalharemos aqui com os partidos que, ao longo do período estudado, conquistaram o governo estadual ou integraram a coligação do partido vencedor. Em seguida, o enfoque cairá sobre o desempenho obtido por esses mesmos partidos nas disputas municipais.

Uma parte da literatura (Abranches, 1988; Mainwaring, 2001; Ames, 2003) afirma que, graças ao sistema multipartidário brasileiro, é coerente que exista uma grande variação de partidos no comando dos executivos estaduais, resultando em lógicas diversificadas entre os estados e em diferentes relações entre os partidos (Dalmoro e Fleischer, 2005). Entretanto, ao olhar para os resultados da última eleição para governador, pode-se ver que no Brasil somente seis partidos comandam os executivos

estaduais, são eles: PMDB, PSB, PSDB, PT, DEM, e PMN - número que reduz para cinco se olharmos apenas para a Região Nordeste (exceção do PMN, que elegeu seu governador no Amazonas). Para Limongi e Cortez (2010) tal fato representa uma simplificação do quadro partidário.

A Tabela 6, mostra o desempenho do partido do governador na eleição municipal de 2000. Conforme podemos perceber na maioria dos estados o partido que comandou o governo estadual foi o partido que conquistou o maior número de prefeituras. Isso ocorreu em sete dos nove estados da Região Nordeste.

Contudo, no caso dos dois estados em que o partido do governador é diferente do partido que conquistou o maior número de prefeituras (Alagoas e Pernambuco), constatou-se que esses partidos contavam com o apoio do governo estadual em suas coligações. Nesse sentido, tal fato não deixa de corroborar com a

hipótese defendida neste artigo. Portanto, os maiores partidos de cada estado, nas eleições de 2000, se alinharam aos partidos dos governadores, em alguma medida (seja diretamente ou por meio da inclusão na coligação).

Para as eleições de 2004 os resultados não são diferentes e mais uma vez confirmam nossa hipótese de que o partido que comanda o executivo estadual apresenta um melhor desempenho nas urnas do que os demais partidos, como mostra a Tabela 7. Em oito dos nove estados a hipótese é comprovada, sendo que o partido que mais conquistou prefeituras é o mesmo que comanda o estado ou faz parte da sua base aliada. No entanto, nesse pleito encontramos uma exceção à regra. É o caso do Piauí, que possuía um governo estadual representado pelo PT, ao passo que o partido que mais conquistou prefeituras foi seu principal opositor, o PFL/DEM. Isso se deve ao fato de que,

Tabela 6. Partido com melhor desempenho no estado e o partido do governador em 2000.

Estado	Partido	Nº de prefeitos	%	Partido do Governador
Bahia	PFL/DEM	125	30	PFL/DEM
Ceará	PSDB	83	45	PSDB
Paraíba	PMDB	83	37	PMDB
Maranhão	PFL/DEM	71	33	PFL/DEM
Piauí	PFL/DEM	65	30	PFL/DEM
Rio Grande do Norte	PMDB	56	33	PMDB
Pernambuco	PFL/DEM	46	25	PMDB
Alagoas	PSDB	30	30	PSB
Sergipe	PSDB	21	27	PSDB

Fonte: TSE (2013).

Tabela 7. Partido com melhor desempenho no estado e o partido do governador em 2004.

Estado	Partido	Nº de prefeitos eleitos	%	Partido do Governador
Bahia	PFL/DEM	153	37	PFL/DEM
Ceará	PSDB	70	38	PSDB
Piauí	PFL/DEM	59	26	PT
Maranhão	PFL/DEM	53	24	PFL/DEM
Rio Grande do Norte	PSB	48	29	PSB
Paraíba	PMDB	47	21	PSDB
Pernambuco	PFL/DEM	43	23	PMDB
Sergipe	PFL/DEM	25	33	PFL/DEM
Alagoas	PSB	22	22	PSB

Fonte: TSE (2013).

até as eleições de 2002 para o governo do estado, então sob controle do PFL, o partido era bastante forte e tinha grande sucesso eleitoral nos municípios. Entretanto, com a derrota para o PT em 2002, o quadro mudou. O PT, que até então era um partido pequeno, foi crescendo e obtendo alta aprovação no governo do estado, resultando no seu fortalecimento político-eleitoral, ao passo que o PFL/DEM iniciou um processo de intenso declínio (Sandes-Freitas, 2010). A eleição de 2004, portanto, é marcada por um considerável resqúicio de poder do PFL/DEM, que ainda conseguiu obter resultados expressivos, mas já em meio a um processo de crescimento do PT.

Quando observamos os resultados municipais de 2008 na Tabela 8 e o partido do governador, novamente temos a confirmação de nossa hipótese. Em quatro estados o partido vencedor no número de prefeituras é o mesmo partido que governa o estado.

Em três estados foram os partidos da base aliada do governador que conquistaram o maior número de prefeituras e, por fim, o Ceará apresentou divergência em relação à hipótese. Nesse caso, o governo do estado estava sobre o comando do PSB de Cid Ferreira Gomes, e o PSDB de Tasso Jereissati foi a legenda que mais conquistou prefeituras. Aliados durante boa parte de suas trajetórias políticas, agora essas duas influências da política cearense estavam de lados opostos na arena eleitoral.

Por fim, na última eleição municipal realizada em 2012, a hipótese se confirma novamente, como evidencia a Tabela 9. Em cinco estados, o maior partido é também o partido do governador, ao passo que nos outros quatro restantes, os partidos dos governadores integram a coligação vencedora.

De modo geral, a hipótese trabalhada se mostrou significativamente verdadeira para todas as eleições

Tabela 8. Partido com melhor desempenho no estado e o partido do governador em 2008.

Estado	Partido	Nº de prefeitos eleitos	%	Partido do Governador
Bahia	PMDB	115	28	PT
Piauí	PTB	72	32	PT
Maranhão	PDT	64	29	PDT
Paraíba	PMDB	59	26	PSDB
Ceará	PSDB	54	29	PSB
Pernambuco	PSB	49	26	PSB
Rio Grande do Norte	PSB	44	26	PSB
Alagoas	PP	20	20	PSDB
Sergipe	PMDB e PT	13	17	PT

Fonte: TSE (2013).

Tabela 9. Partido com melhor desempenho no estado e o partido do governador em 2012.

Estado	Partido	Nº de prefeitos eleitos	%	Partido do Governador
Bahia	PT	92	22	PT
Pernambuco	PSB	59	32	PSB
Paraíba	PMDB	58	26	PSB
Piauí	PSB	54	24	PSB
Rio Grande do Norte	PMDB	51	30	PFL/DEM
Maranhão	PMDB	47	21	PMDB
Ceará	PSB	39	21	PSB
Alagoas	PMDB	25	25	PSDB
Sergipe	PSC e PSD	14	11	PT

Fonte: TSE (2013).

analisadas. Ainda que em alguns casos o partido do governador não tenha se mostrado majoritário nos municípios, ao integrar a coligação vencedora ele também consegue exercer influência na dinâmica local e, assim, comprovar sua importância no estado. O único caso a fugir realmente da hipótese é o Piauí nas eleições de 2004, em meio a um contexto de transição do domínio político, que passa do PFL/DEM para o PT e o PSB.

Considerações Finais

Buscamos aqui realizar um estudo preliminar sobre os resultados eleitorais dos partidos políticos mais bem sucedidos no Nordeste, nas últimas quatro eleições municipais (2000, 2004, 2008 e 2012), relacionando a algumas variáveis: sexo, escolaridade, ocupação e número de prefeitos eleitos em todos os municípios e para vereadores das capitais nordestinas. A partir destas variáveis, foi possível constatar o perfil dos prefeitos eleitos nas cidades nordestinas, bem como alguns padrões na organização dos partidos em relação a tais variáveis.

Em linhas gerais, pode-se perceber que, até o pleito de 2000, o PT possuía baixa representatividade eleitoral nos municípios nordestinos, fato que começou a mudar em 2004, com um processo de expansão que vem se mantendo constante desde então. Os maiores progressos petistas podem ser observados na Bahia, Ceará, Piauí e Pernambuco, conforme demonstra a Tabela 10. Entretanto, cabe ressaltar que o partido cresceu em todos os estados.

Outro partido que vem crescendo na região é o PSB, sobretudo em estados onde é também o partido do governador atualmente (Ceará, Paraíba e Pernambuco), como mostra a Tabela 11. O PSB não só conseguiu se manter fortalecido em suas bases políticas (caso de Pernambuco) como avançou em locais de base petista. Vale frisar que a disputa PT-PSB não tem se restringindo apenas ao Nordeste: a questão, antes de cunho estritamente regional⁸, vem ganhando dimensões nacionais através dos meios de comunicação, que já vêm levantando inúmeras indagações e especulações sobre as eleições de 2014 para a Presidência da República e os rumos que ambos os partidos tomarão, no sentido da manutenção da aliança ou do lançamento de candidaturas próprias.

O partido que sofre a maior erosão ao longo das quatro últimas eleições é o DEM, conforme demonstra a Tabela 12. A perda mais significativa ocorre em

Tabela 10. Desempenho do PT para o Executivo Municipal nos estados.

UF	2000	2004	2008	2012	Total por estado
BA	7	19	66	92	184
CE	2	12	15	28	57
PI	1	7	19	21	48
PE	4	8	8	13	33
MA	2	7	9	10	28
SE	2	4	7	8	21
PB	2	4	6	6	18
RN	1	2	4	6	13
AL	0	2	1	2	5
Total por eleição	21	65	135	186	-

Fonte: TSE (2013).

Tabela 11. Desempenho do PSB para o Executivo Municipal nos estados.

UF	2000	2004	2008	2012	Total por estado
PE	32	12	49	59	152
RN	6	48	44	19	117
PI	2	2	38	54	96
CE	3	2	22	39	66
BA	6	5	18	28	57
PB	1	6	12	35	54
AL	13	22	5	5	45
MA	4	8	9	15	36
SE	3	3	11	10	27
Total por eleição	70	108	208	264	-

Fonte: TSE (2013).

um estado que era, tradicionalmente, uma de suas bases eleitorais mais importantes: a Bahia. Passam a ocupar o seu lugar, a partir de 2008, o PMDB e o PT, com 115 e 66 prefeituras, respectivamente. Em 2012, o PSD elegeu 70 prefeitos no estado, dos quais a grande maioria em municípios onde o predomínio era, até então, do DEM. Muitas das lideranças do novo partido, inclusive, pertenciam até então ao Democratas.

Assim como verificado por Fleischer (2002), o PMDB ainda é o partido que mais elege prefeitos no Nordeste, o que demonstra a sua alta capilaridade nos municípios (Alves, 2007), sobretudo do interior. Seu predomínio vem caindo lentamente, mas não

⁸ As disputas entre os dois partidos vem ocorrendo em estados como o Ceará e Pernambuco desde 2008, conforme foi falado anteriormente no texto.

Tabela 12. Desempenho do PFL/DEM para o Executivo Municipal nos estados

UF	2000	2004	2008	2012	Total por estado
AL	13	1	1	2	17
BA	125	153	43	9	330
CE	11	5	2	2	20
MA	71	53	18	11	153
PB	59	43	38	23	163
PE	46	43	19	1	109
PI	65	59	10	3	137
RN	36	32	17	23	108
SE	20	25	6	6	57
Total por eleição	446	414	154	80	-

Fonte: TSE (2013).

é suficiente ainda para tirá-lo da liderança entre os maiores partidos na esfera local.

Quanto à participação feminina, podemos verificar que vem crescendo a cada ano o número de mulheres que conquistam um mandato eletivo. Mesmo assim, ainda há uma sub-representação das mulheres na política eleitoral, o que contrasta com as conquistas que elas vêm obtendo em outros âmbitos da vida social, como na questão do trabalho e do acesso à educação. No que concerne à escolaridade e à ocupação dos prefeitos nordestinos, é possível perceber que eles possuem um alto grau de escolaridade, sendo que a maioria se concentra na faixa de nível superior completo e, em menor quantidade, de ensino médio completo. Assim como ocorre para os cargos do Legislativo federal, há uma crescente profissionalização das elites políticas do Executivo Municipal.

O presente artigo procurou apresentar, de forma sistemática e descritiva, uma série de dados e referenciais importantes para o estudo das eleições municipais na região Nordeste. Estes dados revelam que mudanças políticas significativas no Executivo vêm acontecendo nos municípios nordestinos, ainda que em alguns casos elas ocorram de forma lenta. Compreender esses rearranjos políticos locais é fundamental para se pensar não só a dinâmica política dos estados e a maneira como eles se articulam aos seus respectivos municípios, mas também o próprio jogo político nacional, na medida em que resultados locais podem refletir nas demais esferas do poder político.

Referências

- Abranches, Sérgio. 1988. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. *Dados*, 31(1): 5-38.
- Abrucio, Fernando Luiz. 1998a. O Ultrapartidarismo estadual. In: R. C. Andrade (org.), *Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo: Edusp/FAPESP.
- Abrucio, Fernando Luiz. 1998b. *Os barões da federação*. São Paulo: Hucitec.
- Almeida, Jorge. 2001. Bahia - PT é alternativa real. *Teoria e Debate*, 46: 10-11.
- Almeida, Maria Hermínia Tavares de; Carneiro, Leandro Piquet. 2003. Liderança Local, Democracia e Políticas Públicas no Brasil. *Opinião Pública*, 9(1): 124-147.
- Ames, Barry. 2003. *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Alves, José Eustáquio Diniz. 2007. *As Eleições municipais de 2004 e o bipartidarismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 58 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093; n. 23).
- Araújo, Clara. 2003. Quotas for women in the Brazilian Legislative System. Lima/Peru, International IDEA WORKSHOP.
- Araújo, Clara. 2005. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24.
- Avelar, Lúcia e Lima, Fernão Dias de. 2000. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Lua Nova*, 49: 195-223.
- Avelar, Lúcia e Walter, Maria Inez Machado Telles. 2008. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, 14(1): 96-122. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000100004>
- Baquero, Marcello e Cremonese, Dejalma (org.). 2009. *Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí: Ed. UNIJUI.
- Blay, Eva Alterman. 1988. A Participação das Mulheres na Redemocratização. In: D. Fleischer (org.), *Da Distensão a Abertura as Eleições de 1982*. Brasília: Ed. UnB.
- Borges, André. 2007. Rethinking State Politics: The Withering of State Dominant Machines in Brazil. *Brazilian Political Science Review (Online)*, 1(2): 108-138.
- Braga, Maria do Socorro Sousa. 2010. As eleições de 2008: o impacto no quadro político-partidário. In: H. Cortez e J. A. Spinelli (orgs.), *Nordeste 2008: o voto das capitais II: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas*. Natal: EDUFRN.
- Brambor, Thomas e Ceneviva, Ricardo. 2011. Incumbency Advantage in Brazilian Mayoral Elections. Seattle/WA, American Political Science Association's 2011 Annual Meeting.
- Carvalho, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de e Aquino, Jakson Alves de. 2011. A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o Senado em 2010: Como entender a dissolução de suas bases eleitorais? *Revista Debates (UFRGS)*, 5(2): 145-180.

- Carvalho, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de e Aquino, Jakson Alves de. 2003. Política de imagem e competitividade eleitoral: a disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2000. In: R. M. V. A. Carvalho. (Org.), *A produção da política em campanhas eleitorais - eleições municipais 2000*. Campinas SP: Pontes, p. 91-125.
- Carvalho, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de. 2006. Campanha política e representações morais: o embate Luizianne - Moroni na campanha para a prefeitura de Fortaleza em 2004. In: R. M. V. A. Carvalho; M. A. Lemenhe. (Orgs.), *Política, Cultura e Processos Eleitorais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 117-148.
- Codato, Adriano e Costa, Luiz Domingos. 2011. A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1998-2010). Caxambu/MG, 35º Encontro Anual da ANPOCS.
- Cortez, Hugo e Spinelli, José Antônio (Orgs.). 2005. *Nordeste 2004 - o voto das capitais: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Cortez, Hugo e Spinelli, José Antônio. 2010. *Nordeste 2008: o voto das capitais II: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas*. Natal: EDUFRN, 2010.
- Cortez, Rafael e Paula Santos. 2009. *Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no Sistema Partidário-Eleitoral Brasileiro (1989-2006)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Dahl, Robert. 1981. Regimes Políticos: populares e hegemônicos. In: R. Dahl. *Análise Política Moderna*. Brasília: Editora UnB.
- Dalmoro, Jefferson e Fleischer, David. 2005. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: S. Krause e R. Schmitt (orgs.), *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP.
- Dantas, Humberto. 2009. Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. *Revista Liberdade e Cidadania*, 2(6): 1-26. Disponível em: <<http://www.flc.org.br/>>.
- Fleischer, David. 2002. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, 8(1): 80-105. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762002000100005>
- Freire, André. 2001. *Recrutamento Parlamentar - Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: Stape.
- Huntington, Samuel. 1994. *A Terceira Onda: A democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2010. Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm>. Acesso em: 19 abr. 2013.
- Kerbaux, Maria Teresa Miceli. 2005. As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, 11(2): 337-365. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000200003>
- Lavareda, Antônio e Telles, Helcimara (Orgs.). 2011. Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Limongi, Fernando e Cortez, Rafael. 2010. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos*, 88: 21-37.
- Lopes, Valmir. 2003. Poder local e representação política: estudo sobre os vereadores comunitários e institucionais em Fortaleza. In: R. M. V. A. Carvalho (org.). *A produção da política em campanhas eleitorais - eleições municipais de 2000*. Campinas: Pontes, p. 291-318.
- Mainwaring, Scott. 2001. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Marengo, André. 2000. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Marengo, André e Serna, Miguel. 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64): 93-113. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>
- Mateos, Araceli. 2010. Sobre o debate: mulher e política. *Em Debate*, 1(6): 36-39.
- Messemberg, Débora. 2009. O “Alto” e o “Baixo Clero” do Parlamento brasileiro. Caxambu/MG, 33º Encontro Anual da ANPOCS.
- Miguel, Luís Felipe. 2003. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista Sociologia e Política*, 20: 115-134.
- Miguel, Luís Felipe e Queiroz, Cristina Monteiro de. 2006. Diferenças Regionais e o Êxito Relativo de Mulheres em Eleições Municipais no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, 14(2): 363-385. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200003>
- Oliveira, Mayla di Martino Ferreira. 2009. *A política como profissão: uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Perissinotto, Renato Monseff e Miriade, Angel. 2009. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. Dados, 52: 301-333.
- Perissinotto, Renato Monseff e Bolognesi, Bruno. 2010. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian political science review*, 4: 1-20.
- Sandes-Freitas, Vítor Eduardo Veras. 2010. *A lógica de formação de governos no estado do Piauí de 1987 a 2007*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí (UFPI).
- Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2013.